Revista da Faculdade de DIREITO UFPR

LAUDATIO PARA CARLOS NINO

LAUDATIO PARA CARLOS NINO

Submissão: 26/3/2026

Aprovação: 2/9/2026

Roberto Gargarella

Miguel Gualano de Godoy

Universidade Federal do Paraná (UFPR) (Curitiba, PR, Brasil)

https://orcid.org/0000-0003-3532-6468

miguelggodoy@hotmail.com

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

Como citar este trabalho (ABNT) / How to cite this work (ABNT):

GARGARELLA, Roberto. *Laudatio* para Carlos Nino. Tradução: Miguel Gualano de Godoy. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 71, e104049, 2026. DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049. Inclui o texto original.

Universidade Nacional de La Plata[1]
Ato de reconhecimento e entrega do título de Doutor *Honoris Causa Post Mortem* a Carlos Santiago Nino
12 de março de 2026

Laudatio para Carlos Nino

Roberto Gargarella[2]

Antes de começar, gostaria de agradecer às autoridades da Universidade Nacional de La Plata e da Faculdade de Direito por esta decisão de conceder um doutorado *honoris causa* a Carlos Nino, bem como por me concederem o privilégio de apresentar esta *Laudatio*. Agradeço, portanto, de modo especial, ao Presidente da Universidade, Martín López Armengol, e ao Decano que se despede, Dr. Miguel Berri. Além disso, sinto-me orgulhoso de participar desta cerimônia, na qual também são homenageados os queridos Jaime Malamud Goti e Martín Farrell. Passo, então, à minha apresentação.

A tarefa para a qual fui convidado — fazer o elogio das contribuições de Carlos Nino à vida pública — implica uma missão desafiadora, mas, no fim das contas, simples. Embora eu vá me estender sobre suas contribuições, procurando honrar o convite que me foi feito e evidenciando as muitas razões que existem para lhe conceder um doutorado *honoris causa*, entendo que minha tarefa poderia limitar-se a comentar um único fato de sua rica trajetória. Carlos Nino foi o protagonista central do acontecimento mais importante da vida jurídica da Argentina: o Julgamento das Juntas. Trata-se de um evento que confere dignidade moral a uma história política — a do país — repleta de lama e horror, e que contém muito pouco do que se possa orgulhar. Dentro desse contexto doloroso, Nino foi o principal responsável pelo desenho de um julgamento que se articulou e desenvolveu de maneira equânime e justa, inclusive em relação àqueles que haviam massacrado uma geração

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

[1] N. do E.: por se tratar de categoria de submissão dispensada de revisão por pares (*peer review*), este trabalho passou unicamente por processo de seleção e diagramação pela Equipe Editorial. O texto é publicado integralmente conforme submetido, sendo, o conteúdo e a exatidão, de responsabilidade exclusiva da parte autora, nos termos da "Declaração de submissão e verificação" da Revista.
As this submission category is exempt from peer review, this work, in its entirety, underwent only the selection and typesetting processes by the Editorial Team. The text is published exactly as submitted, and the content and accuracy are the sole responsibility of the author, in accordance with the Journal's "Submission and Verification Declaration". (E.N.)

[2] Roberto Gargarella é Professor de Direito Constitucional na Universidad de Buenos Aires (UBA) e Professor de Teoria Constitucional na Universidad Torcuato Di Tella. Doutor em Direito pela UBA, com LL.M. e J.S.D. pela University of Chicago, e estudos de pós-doutorado na University of Oxford (Balliol College), é investigador superior do CONICET. Foi professor visitante em universidades como Columbia, NYU e Harvard. É autor de diversas obras de referência em teoria constitucional e filosofia política, entre as quais *The Law as a Conversation Among Equals* (2022) e *Manifiesto por un derecho de izquierda* (2023), além de clássicos como *La sala de máquinas de la Constitución*. Recebeu o Prêmio Konex de Platino em 2024.

recorrendo às formas mais cruéis, permitindo que eles — os piores criminosos — desfrutassem do julgamento mais imparcial possível — isto é, assegurando que não tivessem a menor razão para queixas, que não pudessem dizer que haviam sido tratados de forma parcial ou como se não fossem iguais. Que esse julgamento justo, imparcial, transparente, respeitoso dos procedimentos e extremamente cuidadoso com as garantias — esse julgamento idealizado por um punhado de filósofos analíticos — tenha se convertido em um exemplo admirado em todo o mundo é um fato que lhe confere um caráter prodigioso. E que esse processo judicial quase quimérico, que obrigou a sentar em austeros bancos de madeira, sob a luz serena dos tribunais, aqueles que até então concentravam o poder absoluto, tenha se concretizado de modo impecável, digno e bem-sucedido na Argentina — na Argentina! — já nos permite falar de um verdadeiro milagre. Nino — um personagem com todas as características de um anti-herói — foi o principal ideólogo desse milagre, ocorrido na Argentina, durante um período que o sociólogo Carlos Altamirano denominou, com propriedade, "o momento nobre" de nossa história. Este único dado já deveria bastar para justificar a concessão deste e de todos os prêmios e reconhecimentos que se queira atribuir a Carlos Nino.

Refiro-me a Nino como um anti-herói porque ele nasceu e viveu como um deles: um Gregor Samsa responsável, trabalhador e culposo, uma pessoa de físico imperfeito e saúde frágil, tímida apesar de seus esforços expansivos, de movimentos desajeitados e tremendamente medrosa. Pois bem, esse pequeno personagem kafkiano demonstrou — talvez por sua candura, talvez por inconsciência — uma coragem moral excepcional nos momentos em que era necessário, e mais difícil, ser valente. Por exemplo, em 1979, isto é, em um dos momentos mais terríveis da ditadura, Nino publicou, com inocência, um de seus primeiros artigos, defendendo a não punibilidade do consumo pessoal de entorpecentes. Anos depois — penso em setembro de 1983 — um Nino já maduro, ainda vivendo sob a ditadura, redigiu e assinou, junto com Jaime Malamud Goti e Genaro Carrió, uma histórica carta de leitores no jornal *La Nación*, apresentando argumentos para considerar inválida a lei de autoanistia que o general Bignone acabara de promulgar, com o objetivo de assegurar a impunidade dos militares. Para nos referirmos àqueles que se envolveram corajosamente nessa empreitada, proponho que utilizemos um termo apropriado: no seu sentido estrito, o de "próceres". Mais ainda: nesses anos, como sabemos, Nino se envolveu de corpo e alma no desenho do Julgamento das Juntas, mas também na gestão de suas consequências, sabendo que as conversas que mantinha sobre o tema ocorriam, habitualmente, sob a vigilância rigorosa dos serviços de inteligência da ditadura, que continuavam ativos e colaborando com ela, já em plena democracia. Sobre a coragem moral de Nino, eu sublinharia também a integridade que reconheci nos tempos verdadeiramente

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

difíceis que vivemos no Conselho para a Consolidação da Democracia, especialmente após uma sucessão de levantes militares que buscavam impedir que os julgamentos se estendessem aos oficiais mais jovens. Passamos esse período, no Conselho, com o relógio na mão, calculando a que horas poderia ocorrer o eventual golpe de Estado que teria pessoas como Nino entre seus alvos preferenciais. Nino atravessou esses anos com fidalguia, isto é, com generosidade e nobreza de espírito.

O que foi dito até aqui já nos remete a outra das características mais notáveis — e que mais me interessa destacar — do trabalho intelectual de Nino: ele sempre se mostrou disposto a colocar a teoria a serviço da transformação da prática jurídica do país. Assim, sendo um filósofo do direito interessado e capacitado para transitar pelas questões conceituais mais áridas, em um nível de abstração muito elevado, Nino sempre abordou a teoria com o objetivo de tornar este país um pouco melhor. Isso se deu, muito especialmente, após concluir seus estudos de doutorado em Oxford e retornar à Argentina, nos anos 1980. Então, e não por acaso, sua principal linha de pesquisa deslocou-se dos estudos sobre dogmática penal e teoria do castigo, que haviam definido sua etapa doutoral, para os estudos sobre a democracia, que passaram a dominar sua produção após seu retorno ao país.

Explica-se, desse modo, que suas reflexões sobre a validade das normas jurídicas, sintetizadas precisamente em seu livro *A validade do direito*, tenham surgido no calor das discussões que emergiram com o retorno da democracia, em torno de como agir diante da legislação de fato herdada da ditadura. Recordemos, em particular, que naquele momento o partido peronista, liderado pelo jurista Italo Luder, propôs, resignadamente, reconhecer a validade da autoanistia militar, como se a democracia não dispusesse de instrumentos jurídicos adequados para enfrentar a legislação de fato. É nesse contexto que ganham sentido e explicação as investigações iniciadas por Nino, buscando esclarecer as condições que permitem falar de uma norma válida. Quero dizer: Nino não se dedicou a elucubrações tão abstratas sobre a validade do direito por razões vinculadas — digamos assim — à "jactância dos intelectuais", mas motivado pela necessidade — pela angústia — de demonstrar que normas produzidas em condições de exclusão política e social não podiam ser consideradas leis válidas em uma democracia. Sua teoria sobre quando e sob quais condições uma norma adquire validade revelou-se simplesmente imprescindível para a posterior anulação da autoanistia declarada pelo Congresso na primeira lei aprovada pelo Legislativo com o retorno da democracia. Mais tarde, esses mesmos estudos sobre validade forneceriam fundamento para sua insistente crítica à doutrina de fato — uma doutrina que a Suprema Corte argentina havia sustentado historicamente (de forma vergonhosa) até então, e que, gesapós o governo Alfonsín, o tribunal voltaria a sustentar.

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

O que observamos quanto à validade do direito — a preocupação de Nino em abordar um tema complexo e abstrato para criticar e reformar uma prática concreta — também pode ser identificado em seus estudos sobre o princípio da autonomia das pessoas, tema central em seu talvez mais importante livro, *Ética e Direitos Humanos*. A partir daí — de suas reflexões sobre a autonomia — Nino desenvolveu sua crítica ao perfeccionismo moral; sua insistência na distinção entre moral privada e moral pública; e sua defesa rigorosa da não intervenção estatal em questões de moral pessoal ou autorreferente. É nessa área que se reconhece o Nino mais liberal — talvez radicalmente liberal. Esse liberalismo radical se expressou, de maneira especialmente notável, em suas reivindicações precoces pela abolição da censura; em sua defesa da descriminalização do consumo pessoal de entorpecentes; e em seu firme apoio ao direito ao divórcio — todas essas pretensões concretizadas, judicial ou legislativamente, durante o governo Alfonsín.

Um terceiro grande exemplo da conexão entre teoria abstrata e prática concreta em Nino pode ser encontrado em seus trabalhos em defesa da democracia deliberativa, reunidos especialmente no livro *A Constituição da Democracia Deliberativa*. Esse marco teórico forneceu a Nino a base para criticar o que ele denominou de "hiperpresidencialismo" latino-americano. Como sistema de organização política, dizia Nino, o hiperpresidencialismo representava a negação mais extrema do ideal deliberativo: desestimulava a cooperação; fomentava uma dinâmica de soma zero; privava o sistema de válvulas de escape; dificultava o debate coletivo; e concentrava em uma única pessoa decisões que deveriam caber à comunidade política como um todo. Suas investigações exerceram — e ainda exercem — um impacto extraordinário na região, tornando-se referência obrigatória nos processos constitucionais latino-americanos e nas discussões acadêmicas sobre o tema nos anos 1980. Seus estudos constitucionais culminaram em um esplêndido livro, *Fundamentos de Direito Constitucional* — talvez o melhor já escrito sobre o tema no país — e em seus notáveis trabalhos em favor da reforma constitucional, impulsionados a partir do Conselho para a Consolidação da Democracia e parcialmente incorporados na Constituição argentina de 1994.

Destaco, agora, outro traço notável de sua reflexão: a consistência de seu pensamento. Mais especificamente, interessa-me sublinhar como essa consistência o levou, por vezes, a sustentar posições que talvez, intuitivamente, ele próprio não abraçaria. Admito que este juízo é polêmico, porque Nino era capaz de encontrar argumentos para defender solidamente absolutamente tudo o que quisesse, o que pode tornar difícil sustentar, como aqui sustento, que ele mutas vezes se sentiu obrigado a sustentar ao final algo que, de início, rechaçava. No entanto, há vários casos que me ajudam a respaldar o que sustento aqui. Por exemplo, Nino retornou de Oxford com modos e ideias

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

próprias de um “liberal inglês” (era assim que o ministro da Suprema Corte Enrique Petracchi se definia a si mesmo). No entanto, apesar de certos impulsos conservadores iniciais, sempre defendeu a constitucionalização dos direitos sociais e econômicos (algo como a constitucionalização do segundo princípio de justiça de John Rawls), bem como formas mais participativas de democracia — como desdobramentos naturais de seus princípios de justiça. De modo ainda mais notável, Nino, que, como vimos, havia defendido como ninguém a derrogação da lei militar de autoanistia, observou com respeito o processo uruguaio que culminou em uma lei de anistia para os militares, em razão do amplo debate democrático que a precedeu, conforme registrou em seu livro *Juicio al mal absoluto*. Da mesma forma, e por razões procedimentais semelhantes — as leis, para ele, só podiam reivindicar validade na medida em que fossem produto de um robusto debate coletivo —, Nino chegou a sustentar, no âmbito penal, que todo o sistema de punição poderia perder autoridade e, portanto, carecer de valor normativo, caso a maior parte da população se encontrasse, de fato, socialmente marginalizada e legalmente excluída da elaboração e da discussão dessa normativa penal.

São essas razões que, a meu ver, justificam plenamente a concessão desta distinção honorária a Nino: seu serviço à democracia; sua coragem moral; a consistência de seu pensamento; e o uso de sua inteligência para transformar o país em outro melhor, um pouco mais nobre.

Tudo isso é verdadeiro e é decisivo, a meu ver, para dar por cumprida a missão que me foi atribuída. No entanto, gostaria agora de fazer referência ao que Nino representou para muitos de nós, isto é, para seus discípulos mais próximos. Quero falar da atitude e do caráter de mestre que Nino teve para aqueles que trabalhamos longos anos com ele — e penso aqui nos chamados *Nino boys and girls*, isto é, Carlos Rosenkrantz e Hernán Gullco, em seus começos, e depois Marcelo Alegre, Marcela Rodríguez, Roberto de Michele, Gabriel Bouzat, Roberto Saba, Silvina Álvarez, entre vários outros. Para nós, Nino simplesmente mudou nossa vida. Nino demonstrou, como mestre, uma preocupação desmedida com nossa formação acadêmica. Nesse sentido, pergunto-me — e pergunto aos que me escutam — quantos, dentre todos os professores titulares que conhecem, atuando em quaisquer universidades públicas e privadas do país, dedicaram ao menos uma parte significativa de suas vidas, não ao simples ato de ministrar aulas, mas à formação acadêmica de pessoas. Pergunto-me quantos discípulos lhes conhecem; quantas horas imaginam que esses professores dedicaram a discutir com seus estudantes e a corrigir seus textos; e quantos desses estudantes cresceram, depois, com ideias próprias e pensamento crítico.

Na minha condição de ex-discípulo, gostaria de fazer menção, sobretudo, ao “seminário das sextas-feiras”, que realizávamos no Instituto Gioja, da Faculdade de Direito da UBA. Poderia falar

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

horas sobre o seminário, mas me limitarei a assinalar algumas poucas coisas, em razão da extraordinária relevância que teve em sua biografia, e também nas nossas. Os seminários das sextas-feiras começavam em março de cada ano, quando Nino chegava de suas aulas em Yale com uma mala repleta de fotocópias em mau estado, que nós recebíamos como um "maná do céu". Essas fotocópias em papel representavam o alimento que nutriria nossas discussões ao longo de todo o ano. Iniciada a temporada, cada sessão tinha então um começo mágico: sua primeira meia hora, durante a qual Nino resumia e reconstruía o texto que depois iríamos debater na hora e meia restante — Nino o apresentava à sua maneira, normalmente convertendo em brilhantes textos que, em muitos casos, eram apenas interessantes. O seminário era de portas abertas, e a ele podia assistir literalmente qualquer pessoa. Recordo o caso de alguns participantes que frequentaram o seminário durante anos sem dizer uma palavra, mas sendo sempre bem-vindos. Eu também atravessei meu primeiro ano em silêncio, sem entender uma única frase do que os demais discutiam. Como diziam seus estudantes a Gregory Bateson, eu poderia ter dito a Nino: "não sei o que está dizendo, mas entrevejo que é algo extraordinário". Lembro que, após esse início fracassado, terminei meu primeiro ano no seminário indo de férias para a praia com um único livro, *Ética e direitos humanos*, que devorei sozinho, na areia, durante quinze dias. Quando terminei essa leitura, no entanto, soube: havia aprendido o idioma, já conhecia a língua. Muitos de seus discípulos seguimos nossos estudos no exterior, obtivemos um ou dois doutorados, passamos por universidades de todo o mundo, mas — e digo isso sem margem de dúvida — em nenhum lugar nos formamos mais e melhor do que discutindo com Nino, seja no seminário das sextas-feiras; seja nas desopilantes tardes no Conselho para a Consolidação; seja no CEI, enquanto comíamos *croissants* doces e bebíamos refrigerantes, mortos de rir — rindo com Nino ou, mais frequentemente, de Nino.

Certamente, recordamos Nino como aquele que nos ensinou, com seu exemplo, que existia a possibilidade de um caminho distinto daquele do litígio e do dinheiro — um caminho mais estimulante e capaz de dar mais sentido às nossas vidas. Recordamo-lo como o professor que propiciou o encontro do primeiro Presidente da democracia, Alfonsín, com os melhores filósofos de seu tempo (Ronald Dworkin, Owen Fiss, Tim Scanlon, Thomas Nagel, Bernard Williams), o que nos fez imaginar que outro país era possível — um país em que as mais altas autoridades estudavam, discutiam e faziam tudo o que estava ao seu alcance para compreender e resolver melhor as descomunais tragédias morais que enfrentavam. Recordamo-lo também como o primeiro latino-americano a tornar-se professor na Faculdade de Direito de Yale; como o primeiro jurista latino-americano a publicar pela Oxford University Press; como o primeiro latino-americano a escrever em

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

revistas como *Mind* ou *Philosophy and Public Affairs*; e tantos outros feitos. No entanto, e sobretudo, recordamos Nino como o advogado brilhante que deixou de lado o sucesso na profissão para viver modestamente como professor; como o mestre que, com candura quase celestial, transformava as perguntas insólitas de seus estudantes em questionamentos agudíssimos, para só depois respondê-los; como o docente a quem os demais professores, em Yale, precisavam retirar da sala, porque tendia a prolongar-se indefinidamente em suas aulas, a fim de continuar discutindo com seus estudantes; como o intelectual público que (como contou Garzón Valdés em um magistral artigo em homenagem a Nino) era capaz de perseguir seu interlocutor pelos corredores e depois entrar com ele em seu táxi, sem rumo certo, apenas para continuar a discussão em andamento e convencer seu eventual oponente de que estava equivocado.

Entusiasta infinito, comprometido e militante — talvez a seu pesar —, Nino se envolveu, com a paixão e a inteligência que o caracterizavam, nos processos de mudança constitucional que começavam a ocorrer, em seu tempo, por toda a América Latina. Na manhã de 28 de agosto de 1993, Nino escreveu a seu amigo Owen Fiss: "Amanhã partirei por três dias para a Bolívia. Os novos deputados precisam saber o que há dentro da Constituição, porque devem decidir se é necessário ou não submetê-la a uma segunda leitura. Espero que a altitude do lugar não afete demasiado minhas explicações." No dia seguinte a essa mensagem, Nino falecia, em La Paz, enquanto o avião começava a taxiar no destino, e a altitude do lugar se convertia, enfim, em um obstáculo insuperável para suas explicações. Que este doutorado *honoris causa* sirva como homenagem à sua memória e também como demonstração de afeto e cuidado para com seus queridos Susana, Ezequiel e Mariano.

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

Universidade Nacional de La Plata
Acto de reconocimiento y entrega del título de Doctor *Honoris Causa Post Mortem* a Carlos Santiago Nino
12 de marzo de 2026

Laudatio para Carlos Nino

Roberto Gargarella[3]

Antes de comenzar, quisiera agradecer a la autoridades de la Universidad Nacional de la Plata y de la Facultad de Derecho, por esta decisión de otorgar un honoris causa para Carlos Nino, y por concederme a mí el privilegio de presentar esta Laudatio. Gracias, por tanto, y de manera especial, al Presidente de la Universidad, Martín López Armengol, y al Decano saliente, el Dr. Miguel Berri. Por lo demás, me llena de orgullo participar de esta ceremonia, en la cual se distingue también a los queridos Jaime Malamud Goti y Martín Farrell. Paso entonces a mi presentación.

La tarea para la que me han invitado, que es la de hacer el elogio de las contribuciones de Carlos Nino a la vida pública, implica una misión desafiante, pero finalmente sencilla. Aunque abundaré sobre sus aportes, tratando de honrar la invitación que me han hecho, y evidenciando las muchas razones que existen para otorgarle un doctorado honoris causa, entiendo que mi tarea podría limitarse a comentar un solo hecho de la rica trayectoria de Nino. Ocurre que Carlos Nino fue el protagonista central del acontecimiento más importante en la vida jurídica de la Argentina, el Juicio a las Juntas, un evento que otorga dignidad moral a una historia política -la del país- llena de barro y horror, y que incluye muy poco de lo que enorgullecerse. Dentro de ese contexto aflictivo, Nino fue responsable principal del diseño de un juicio que se articuló y desarrolló de manera ecuánime y justa, particularmente hacia aquellos que habían masacrado a una generación recurriendo a las formas más crueles, y permitiendo que ellos -los peores criminales- gozaran del juicio más imparcial posible -quiero decir, asegurando que no tuvieran la mínima razón de queja, que no pudieran decir que se los había tratado parcialmente o como si no fueran iguales. Que ese juicio justo, imparcial, transparente, respetuoso de los procedimientos y cuidadoso de las garantías hasta el extremo -ese juicio ideado por un puñado de filósofos analíticos- se haya convertido en un ejemplo admirado en todo el mundo, es

[3] Roberto Gargarella es Profesor Catedrático de Derecho Constitucional en la Universidad de Buenos Aires (UBA) y Profesor de Teoría Constitucional en la Universidad Torcuato Di Tella. Doctor en Derecho por la UBA, con LL.M. y J.S.D. por la University of Chicago, y estudios de posdoctorado en la University of Oxford (Balliol College), es Investigador Superior del CONICET. Ha sido profesor visitante en universidades como Columbia, NYU y Harvard. Es autor de numerosas obras de referencia en teoría constitucional y filosofía política, entre ellas *The Law as a Conversation Among Equals* (2022) y *Manifiesto por un derecho de izquierda* (2023), además de clásicos como *La sala de máquinas de la Constitución*. Recibió el Premio Konex de Platino en 2024.

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

un hecho que le otorga el estatus de prodigioso. Y que ese proceso judicial quimérico, que obligara a sentar en austeros bancos de madera, bajo la calma luz de los tribunales, a quienes habían concentrado hasta entonces el poder absoluto, se concretara de modo impecable, digno, exitoso, en la Argentina -en la Argentina!- ya nos permite hablar de un verdadero milagro. Nino -un personaje con todas las condiciones del antihéroe- fue el principal ideólogo de ese milagro, ocurrido en la Argentina, durante un tiempo que el sociólogo Carlos Altamirano denominó, aptamente, "el momento noble" de nuestra historia. Este solo dato debe bastar para justificar la asignación de éste y todos los premios y reconocimientos que tengan a bien otorgársele a Carlos Nino.

Me refiero a Nino como antihéroe porque él nació y vivió como uno de ellos: un Gregorio Samsa responsable, trabajador y culposo, una persona de físico imperfecto y de salud frágil, tímida a pesar de sus esfuerzos expansivos, de movimientos torpes, y tremendamente miedosa. Pues bien, ese pequeño personaje kafkiano, mostró -tal vez por su candidez, tal vez por inconsciencia- un **coraje moral** excepcional, en los momentos en que era necesario, y más difícil, ser valiente. Por ejemplo, en 1979, es decir, en uno de los momentos más terribles de la dictadura, Nino publicó, con inocencia, uno de sus primeros artículos, defendiendo la no-punibilidad del consumo personal de estupefacientes. Años después -pienso en septiembre de 1983- un Nino ya maduro, todavía viviendo en dictadura, redactó y firmó, junto con Jaime Malamud Goti y Genaro Carrió, una histórica carta de lectores, en el diario La Nación, dando argumentos para considerar inválida la ley de auto-amnistía, que el General Bignone acababa de dictar, con el objeto de asegurar impunidad para los militares. Para referirme a quienes se involucraron corajudamente en dicha empresa, propongo que utilicemos un término apropiado: en su sentido estricto, el de "próceres". Más todavía: en esos años, como sabemos, Nino se involucró con cuerpo y alma en el diseño del Juicio a las Juntas, pero también en la atención de sus secuelas, a sabiendas de que las conversaciones que tenía sobre el tema se desarrollaban, habitualmente, bajo el espionaje estricto de los servicios de inteligencia de la dictadura, que seguían activos y colaborando con aquella, ya en democracia. Sobre el coraje moral de Nino subrayaría también la integridad que le reconocí, en los tiempos verdaderamente aciagos que vivimos en el Consejo para la Consolidación de la Democracia, en particular luego de una sucesión de levantamientos militares que buscaran impedir que los juicios se extendieran hacia la oficialidad más joven. Pasamos ese tiempo, en el Consejo, con el reloj en la mano, calculando a qué hora podía llegar el eventual golpe de estado que tendría a gente como Nino entre sus blancos predilectos. Nino atravesó esos años con hidalguía, esto es, con generosidad y nobleza de ánimo.

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

Lo dicho hasta aquí ya nos refiere a otro de los rasgos más notables, y que más me interesan destacar, de la labor intelectual de Nino: Nino se mostró siempre **dispuesto a poner la teoría al servicio de transformar la práctica jurídica del país**. Así, siendo un filósofo del derecho interesado y capacitado para transitar las más áridas cuestiones conceptuales, en un nivel de abstracción muy alto, Nino abordó siempre la teoría con el objeto de hacer, de éste, un país algo mejor. Ello así, muy especialmente, luego de culminar sus estudios doctorales en Oxford, y regresar a la Argentina, en los años 80. Entonces, y no por azar, su principal línea de estudios se movió, desde sus investigaciones sobre la dogmática penal y la teoría del castigo, que habían definido su etapa doctoral, hacia los estudios de la democracia, que dominaron sus trabajos desde su vuelta al país.

Se explica, de este modo, que sus reflexiones sobre la **validez de las normas jurídicas,** resumidas, justamente, en su libro *La validez del derecho*, nacieran al calor de las discusiones que emergieran a la vuelta de la democracia, en torno a cómo actuar frente a la legislación de facto que nos legara la dictadura. Recordemos, en particular que, en ese momento, el partido peronista, encabezado por el jurista Italo Luder, propuso, resignadamente, reconocer la validez de la auto-amnistía militar. Ello, como si la democracia no contara con herramientas jurídicas apropiadas para enfrentar a la legislación de facto. En ese contexto es que encuentran su sentido y explicación las investigaciones que iniciara Nino, tratando de desentrañar las condiciones que permitían hablar de una norma válida. Quiero decir, Nino no se internó en elucubraciones tan abstractas sobre la validez del derecho por razones vinculadas -pongámoslo así- con la "jactancia de los intelectuales", sino motivado por la necesidad -por la angustia- de demostrar que las normas producidas en condiciones de exclusión política y social no podían considerarse leyes válidas, en democracia. La teoría de Nino sobre cuándo y bajo qué condiciones una norma gana validez, resultaron simplemente imprescindibles, en lo que fuera luego la anulación de la auto-amnistía declarada por el Congreso en la primera ley dictada por el legislativo, en el retorno de la democracia. Más tarde, esos mismos estudios sobre la validez, impulsados por Nino, proveerían de fundamento a su insistente prédica en contra de la doctrina de facto -una doctrina que la Corte argentina había sostenido históricamente (vergonzosamente), hasta entonces, y que luego del gobierno de Alfonsín, el más alto tribunal volvería a sostener.

Lo mismo que advertimos con el tema de la validez del derecho -la preocupación de Nino por abordar un tema complejo y abstracto, de forma tal de criticar y reformar una práctica concreta- lo podemos reconocer en sus estudios sobre el principio de **autonomía de las personas** -un tema que ocupa el lugar central en el que es, tal vez, su libro más importante, *Ética y Derechos Humanos*.

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

Desde allí -desde sus reflexiones sobre el principio de autonomía- Nino derivó su crítica al perfeccionismo moral; su insistente énfasis en la distinción entre moral privada y moral pública; y su defensa estricta de la no-interferencia estatal en cuestiones de moral personal o autorreferente. Es en esta área en donde se reconoce al Nino más liberal -más radicalmente liberal, podría decirse. Ese radical liberalismo de Nino encontraría expresión, de modo especialmente notable, en sus tempranos reclamos por la abolición de la censura; en su defensa de la no-criminalización del consumo personal de estupefacientes; en su firme apoyo al derecho al divorcio vincular -pretensiones todas concertadas, judicial o legislativamente, durante los años del gobierno de Alfonsín.

Un tercer gran ejemplo de la vinculación entre teoría abstracta y práctica concreta, en Nino, se advierte en sus trabajos en defensa de la **democracia deliberativa,** reunidos especialmente en el libro *La Constitución de la Democracia Deliberativa.* Ese marco teórico, el de la democracia deliberativa, es el que le ofreció a Nino la base desde donde criticar lo que él denominó el "híper-presidencialismo" latinoamericano. Como sistema de organización política en democracia -decía Nino- el híper-presidencialismo representaba la negación más extrema del ideal deliberativo: así, se desalentaba la cooperación; se fomentaba una dinámica de suma cero; se privaba al sistema de válvulas de escape; se dificultaba el debate colectivo; y se concentraba en una sola persona las decisiones que le correspondía tomar a la comunidad política en su conjunto. Las investigaciones de Nino sobre la democracia deliberativa, junto con estas críticas al híper-presidencialismo, ejercieron, como todavía ejercen, un impacto extraordinario en la región: ellos se convirtieron en referencia obligada en los procesos constitucionales desarrollados en América Latina, y en las discusiones académicas sobre el tema, en los años 80. Los estudios constitucionales de Nino aparecen coronados por un espléndido libro, *Fundamentos de derecho constitucional* -tal vez lo mejor que se haya escrito en la materia, en el país- y por sus excepcionales trabajos en favor de la reforma constitucional, impulsados desde el Consejo para la Consolidación de la Democracia, y en parte plasmados en la Constitución Argentina de 1994.

Destaqué recién la persistente vocación de Nino por encarar cuestiones teóricas muy abstractas, a partir de preocupaciones reformistas, muy concretas. Quisiera ahora resaltar otro rasgo notable de su reflexión académica, que se vincula con la **consistencia de su pensamiento**. Más particularmente, me interesa destacar el modo en que esa consistencia lo llevó, tal vez a su pesar, a sostener posiciones que intuitivamente, quizás, él no suscribía. Admito que este juicio es polémico, porque Nino era capaz de encontrar argumentos para defender sólidamente absolutamente lo que quisiera, por lo cual puede parecer difícil afirmar, como lo hago, que él muchas veces se sintió

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

obligado a sostener, finalmente, algo que, de inicio, rechazaba. Sin embargo, hay varios casos que me ayudan a respaldar lo que sostengo. Por ejemplo, Nino volvió de Oxford con los modales e ideas propias de un "liberal inglés" (así era como el juez Enrique Petracchi se definía a sí mismo). No obstante, y a pesar de ciertos impulsos conservadores que marcaron su liberalismo temprano, Nino defendió siempre la constitucionalización de los derechos sociales y económicos (algo así como la constitucionalización del segundo principio de John Rawls); como apoyó también las formas más participativas de la democracia, con absoluto entusiasmo. Se trataba de derivaciones naturales de los principios de justicia en los que creía. De modo tal vez más notable, Nino quien -como viéramos- había abogado como nadie por la derogación de la ley militar de auto-amnistía, observó con atención y mucho respeto al proceso uruguayo que culminó en el dictado de una ley de amnistía para los militares. Ello, en razón del proceso de amplísima discusión democrática que precedió y continuó al dictado de dicha ley, tal como lo dejara expresado en su libro *Juicio al mal absoluto*. Asimismo, y por razones procedimentales similares -las leyes, para él, sólo podían reclamar validez en la medida en que fueran el producto de un robusto debate colectivo- Nino llegó a sostener, en materia penal, que todo el sistema de castigo podía perder autoridad, y por lo tanto carecer de valor normativo, si la mayor parte de la población se encontraba, de hecho, socialmente marginada y legalmente excluida de la elaboración y discusión de esa normativa penal.

Son estas las cuestiones que, según entiendo, apoyan enfáticamente el otorgamiento de esta distinción honoraria para Nino: su servicio a la democracia; su coraje moral; la notable consistencia de su pensamiento; la puesta de su inteligencia al servicio de transformar al país en otro, un poco más noble.

Todo esto es cierto y es decisivo, según entiendo, para dar por cumplida la misión que se me asignara. Sin embargo, quisiera hacer referencia, ahora, a lo que Nino representó para muchos de nosotros, esto es decir, para sus discípulos más cercanos. Quiero hablar de la **actitud y carácter de maestro** que tuvo Nino para quienes trabajamos largos años con él -y pienso aquí en los así llamados *Nino boys* and *girls*, es decir, Carlos Rosenkrantz y Hernán Gullco, en sus comienzos, y luego Marcelo Alegre, Marcela Rodríguez, Roberto de Michele, Gabriel Bouzat, Roberto Saba, Silvina Álvarez, entre varios otros. A nosotros, Nino, simplemente nos cambió la vida. Nino demostró, como maestro, una preocupación desmesurada por nuestra formación académica. En este sentido, me pregunto -y les pregunto a quienes me escuchan- cuántos de todos los profesores titulares que conocen, actuando en cualquiera de las universidades públicas y privadas del país, han dedicado al menos una parte significativa de su vida, no al dictado de clases, sino a la formación académica de

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

gente. Me pregunto cuántos discípulos les conocen; cuántas horas piensan que esos profesores han empleado para discutir con sus estudiantes, y corregirles sus textos; y cuántos de esos estudiantes han crecido, luego, con ideas propias y pensamiento crítico.

En mi condición de exdiscípulo quisiera hacer mención, sobre todo, del "seminario de los viernes," que desarrollábamos en el Instituto Gioja, de la Facultad de Derecho de la UBA. Podría hablar horas del seminario, pero me limitaré a señalar unas pocas cosas, en razón de la relevancia extraordinaria que tuvo en su biografía, y también en las nuestras. Los seminarios de los viernes se iniciaban en marzo de cada año, cuando Nino llegaba de sus clases en Yale, con una maleta repleta de fotocopias en mal estado, que nosotros recibíamos como "maná del cielo". Esas fotocopias en papel representaban el alimento que nutriría nuestras discusiones por el resto del año. Iniciada la temporada, cada sesión encontraba luego un comienzo mágico, su primera media hora, durante la cual Nino resumía y reconstruía el texto que luego íbamos a debatir en la hora y media restante -Nino lo presentaba a su modo, normalmente convirtiendo en brillantes, textos, en muchos casos, simplemente actractivos. El seminario era de puertas abiertas, y a él podía asistir literalmente cualquiera. Recuerdo el caso de algunos asistentes que participaron en el mismo durante años, sin decir palabra, pero siendo siempre bienvenidos. Yo también transité mi primer año en silencio, sin entender una sola frase de lo que todos los demás discutían. Como le decían sus estudiantes a Gregory Bateson, yo podía haberle dicho a Nino: "no sé qué es lo que está diciendo, pero entreveo que es algo extraordinario". Recuerdo que luego de ese fallido comienzo, terminé mi primer año en el seminario, yéndome de vacaciones a la playa con un solo libro, *Ética y derechos humanos,* que devoré solo, en la arena, durante quince días. Cuando terminé esa lectura, sin embargo, lo supe: había aprendido el idioma, ya conocía la lengua. Muchos de sus discípulos seguimos nuestros estudios en el exterior, alcanzamos uno o dos doctorados, paseamos por universidades de todo el mundo, pero -y digo esto sin margen de duda- en ningún lugar nos formamos más y mejor que discutiendo con Nino, ya sea en el seminario de los viernes; ya sea en las desopilantes tardes en el Consejo para la Consolidación; ya sea en el CEI, mientras comíamos facturas y bebíamos gaseosas, desternillados de risa -riéndonos con Nino o, más frecuentemente, de Nino.

Por supuesto, recordamos a Nino como aquel que nos enseñó con su ejemplo, que existía la posibilidad de un camino distinto de aquel del litigio y el dinero -un camino que era más excitante y capaz de darle más sentido a nuestras vidas. Lo recordamos como el profesor que propició el encuentro del primer Presidente de la democracia, Alfonsín, con los mejores filósofos de su tiempo (Ronald Dworkin, Owen Fiss, Tim Scanlon, Thomas Nagel, Bernard Williams) lo que nos hizo

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049

imaginar que otro país era posible -uno en donde las máximas autoridades estudiaban, discutían y hacían todo lo que estaba a su alcance para entender y resolver mejor las descomunales tragedias morales que enfrentaban. Lo recordamos también como el primer latinoamericano que llegara a ser Profesor en la Escuela de Derecho de Yale; como el primer jurista latinoamericano en publicar en Oxford University Press; como el primer latinoamericano en escribir en revistas como *Mind* o *Philosophy and Public Affairs*; y tantos etcéteras. Sin embargo, y sobre todo, recordamos a Nino como el abogado brillante que dejó de lado el éxito en la profesión para vivir modestamente, como Profesor; como el maestro que, con celestial candidez, transformaba las preguntas insólitas de sus estudiantes en cuestionamientos agudísimos, para recién después responderlos; como el docente al que los demás profesores, en Yale, debían echar de la clase, porque tendía a prolongar sus lecciones indefinidamente, para seguir discutiendo con sus estudiantes en el aula; como el intelectual público que (como contara Garzón Valdés en un magistral artículo en homenaje a Nino) era capaz de perseguir a su interlocutor por los pasillos, y montarse después con él en su taxi, con rumbo incierto, sólo para seguir con la discusión en marcha y convencer a su eventual contrincante de que estaba equivocado.

Entusiasta infinito, comprometido y militante, tal vez a su pesar, Nino se involucró con la pasión e inteligencia que lo caracterizaban, en los procesos de cambio constitucional que empezaban a darse, en su tiempo, en toda América Latina. La mañana del 28 de agosto de 1993 Nino le escribió a su amigo Owen Fiss: “Mañana me iré por tres días a Bolivia. Los nuevos diputados necesitan saber qué hay dentro de la Constitución, porque deben decidir si es necesario o no darle una segunda lectura. Espero que la altura del lugar no afecte demasiado mis explicaciones.” Al día siguiente de ese mensaje, Nino moría, en La Paz, mientras el avión comenzaba a carretear en destino, y la altura del lugar, finalmente, se convertía en obstáculo insuperable para sus explicaciones. Sirva este honoris causa como homenaje a su memoria, y también como muestra de afecto y cuidado hacia sus queridos Susana, Ezequiel y Mariano.

DOI: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v71i1.104049